

A NATURALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DO ESTADO COMO SOBREVIVÊNCIA DO COLONIALISMO

Max Reis

Graduando em Ciências Sociais (UFRJ).

RESUMO: No presente artigo, buscaremos retomar às origens do sistema vigente, sob uma crítica decolonial e libertária, e abordaremos como a colonialidade permanece no atual cenário na medida em que a imposição de um Estado e suas instituições ainda é uma realidade, não apenas no sentido da materialidade que assumem seus sistemas jurídicos, a violência institucional, a burocracia e todos os inúmeros atravessamentos na vida dos indivíduos, como também pelo fato de ser colocado como única possibilidade de mundo, até mesmo no contexto de projeções políticas. O texto abordará, ainda, o caráter estadolátrico da esquerda institucional no que se refere ao reducionismo das lutas anarquistas.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; voto nulo; colonialidade; eleições; estadolatria.

ABSTRACT: In this article, we aim to go back to the origins of the current system, under a decolonial and anarchist critique, and address how coloniality remains in the current scenario insofar as the imposition of a State and its institutions is still a reality, not only in the sense of the materiality that its legal systems, institutional violence, bureaucracy, and all the countless crossings in the lives of individuals assume, but also by the fact that it is placed as the only possibility of social organization, even in the context of political projections. The article will also address the statolatist character of the institutional left regarding the reductionism of anarchist struggles.

KEYWORDS: Anarchism; null vote; coloniality; elections; estadolatry.

Em tempos de eleições, os discursos advindos de um intenso marketing político ocupam todos os espaços, resultado de um custoso processo que chega à casa de 1 bilhão de reais retirados dos cofres públicos. Assim, emprega diferentes estratégias para cooptar e fidelizar novos eleitores, num apelo absoluto pela crença dos cidadãos nas promessas de candidatos que na maioria das vezes já tiveram uma oportunidade considerável de demonstrar o nível de seu trabalho e compromisso com o povo – e que, em geral, falharam de maneira grave em diversas áreas de carência da população. Apesar de existirem numerosos motivos concretos de se rejeitar o sistema representativo, os discursos políticos buscam culpabilizar as abstenções e votos brancos e nulos pela vitória de um dos candidatos, sempre antagonista, subjetivamente – a depender do observador - colocado na categoria do “bem” ou do “mal”. Paralelamente, cientistas políticos se debruçam sobre os resultados eleitorais em busca de explicações para a quantidade notável de pessoas que não escolheram um candidato, pessoas possivelmente céticas da concepção hegeliana de que o Estado seria a essência da razão. Desse modo, pressões são exercidas de todos os lados com uma única chamada: VOTE. Somado a isso, nas eleições de 2022, alas supostamente mais radicalizadas saíram em defesa dessas mesmas ideias, não apenas respaldando as eleições ao votar em um dos candidatos, como também colaborando com a propaganda eleitoral e alegando a centralidade do voto na luta, ao passo que apontavam uma defasagem da estratégia do voto nulo, utilizado historicamente em especial pelos anarquistas, como também por parte da população que não deposita confiança e expectativa positiva no sistema representativo. Nesse sentido, percebe-se uma assimilação da ideia de sujeição ao Estado – nesse caso, capitalista - como mais benéfica para a vida em sociedade, até mesmo por parte de determinados setores que se autodenominam radicalizados. Isto porque o Estado é comumente associado à única forma possível de organização política e social, enquanto mais racional e democrática. Com isso, percebe-se um eco de tempos coloniais, um fantasma que permanece, inerente à tradição da modernidade, remetendo a sua sangrenta formação.

Em 1492, com a invasão e conquista do que se convencionou chamar América, um novo padrão de poder mundial foi instaurado, como fruto da efetiva constituição da modernidade. Orientada por valores eurocentrados, a modernidade buscou apagar toda e qualquer outra possibilidade de mundo, ao passo que procedeu a uma série de atrocidades, como o dramático extermínio de povos originários dos territórios invadidos, a escravização

dessas nações indígenas e, mais intensamente, das pessoas sequestradas da África, a uma tentativa de eliminar cosmovisões e invalidar os mais diversos tipos de saberes. Em resumo, foram criadas instituições para auxiliar na imposição de um único modo de vida, uma única possibilidade de existência. À vista disso, as instituições foram fundamentais para o êxito do projeto colonial, as quais garantiram, com base na violência, a imposição da nova ordem social e das normas europeias. Assim, foram defendidas a propriedade privada, a mercantilização da natureza e da vida, a desumanização, exploração e violação dos corpos não europeus. Daí surge a colonialidade do poder, uma nova configuração política mundial capitalista, eurocêntrica, moderna. Porém, esse processo só pode ser compreendido a partir da construção de uma justificativa para todo esse projeto colonial: a ideia de que havia uma diferença racial entre os colonos e colonizados, que denotava a suposta superioridade branca e europeia sobre os demais (QUIJANO, 2005). Não obstante consistir numa invenção colonial racista e ultrajante, sem qualquer respaldo científico, é inegável a materialidade de seus perversos efeitos: foi a farsa da inferioridade racial que estabeleceu os locais ocupados política e socialmente por indígenas e negros, que determinou seus papéis nas relações de dominação. Em suma, não é possível pensar a construção da modernidade sem o racismo como recurso, sem considerar a centralidade do suor e sangue dos povos explorados e escravizados na constituição das nações modernas.

Por tudo isso, a colonialidade do poder estabelecida sobre a idéia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída (QUIJANO, 2005, p. 136).

Após o longo período de colonização que fundou e moldou o Brasil enquanto Estado-nação, ainda há resquícios explícitos desse sistema, os quais se manifestam a partir das colonialidades, ou seja, do legado colonial. Desde sua origem, uma Necrofilia Colonialista Outrocida foi gestada nesse território, a qual se expressa por práticas do Estado que revelam um desejo, uma paixão pelo aniquilamento de pessoas negras e indígenas, LGBTQIAPN+, pobres, mulheres independentes, revolucionários, etc., respaldadas pelo direito soberano de matar. Esse plano é executado pelo necro-racista Estado, sendo o Brasil um deles (DE MORAES, 2020). Diante do exposto, é perceptível a concretização dessas práticas, as quais

se evidenciam nos constantes ataques a comunidades quilombolas e indígenas; aos genocídios em curso nas favelas; no impedimento de famílias ocuparem prédios abandonados, sendo expulsas para dormir nas ruas; na violência contra manifestantes e rebeldes; na omissão do Estado no que se refere às mortes de pessoas trans e outras dissidentes da cisheteronormatividade; no aprisionamento em massa da população negra; na fome que mata tantas pessoas num país que se dispõe a atender apenas aos interesses das elites econômicas. Portanto, a autoridade estatal, em virtude de estar fortemente vinculada ao militarismo para estabelecer a ordem, utiliza-se principalmente das forças policiais para executar os extermínios, ou apenas ignora as mazelas que atingem a população, e, com a omissão, gera efeitos catastróficos.

É importante salientar, porém, que esse necro-racista Estado se faz presente em todos os períodos históricos do Brasil; em diferentes níveis, pode-se dizer, mas sempre ali, com as instituições policiais fortalecidas, com os interesses elitistas - sobretudo do agronegócio - atendidos, com o genocídio negro nas comunidades, com a falta de garantias de terras para os povos indígenas, os quais ficam à mercê de fazendeiros e garimpeiros, não obstante seus direitos estarem previstos pela Constituição de 1988. Isto não ocorre sem motivos: em verdade, a própria concepção de Estado, como demonstrado anteriormente, remonta a essas problemáticas, em virtude de ter surgido racista. Ademais, como qualquer outra estrutura de poder, a nacionalização começa com a violência e imposição de uma ordem contra diversos grupos menores e heterogêneos, os quais passam a ser organizados por um poder central. Na Europa, esse processo de transformação em um Estado-nação – no movimento de dominação interna - ocorreu paralelo à colonização nas Américas, num duplo movimento histórico (QUIJANO, 2005, p. 130-131). A nacionalização nesses moldes faz parte da racionalidade europeia, com sua ideia de unidade, homogeneização; a pretensão de encontrar pessoas tão diversificadas, com diferentes culturas, desejos, especificidades, e aprisioná-las no conceito de povo – no singular. Assim, esse conjunto colossal de indivíduos precisa se submeter à vontade de uma minoria governante, a qual se autodenomina mais esclarecida e, em função disso, deve conduzir esse grande rebanho.

Apesar do Estado nessas condições ter surgido entre os séculos XV e XVI, outras formas de dominação existem há muitos séculos por todos os continentes. Porém, se considerarmos o tempo total de habitação humana na Terra, essas dominações representam

uma minúscula parte de nossa existência enquanto espécie, a qual, inclusive, sob a análise anarquista, evoluiu a partir da cooperação e ajuda mútua, não da competição, isto porque a humanidade como um todo se sustentou inicialmente através dos clãs, desses núcleos de pessoas que sobreviveram pelo fator da solidariedade, ajudando umas às outras, como parte de sua natureza, de sua origem e antepassados em comum (KROPOTKIN, 2009). Além disso, é imprescindível resgatar que sempre houve outros tipos de organizações sociais. Na Europa, as comunas livres; os povos indígenas tradicionais que, espalhados por todo o globo e com vivências riquíssimas e distintas entre si, não possuíam centralização de poder e autoridade estatal; os quilombolas que se associaram em sociedades autogestionárias, em fuga da violência sistêmica do colonialismo, e que até hoje mantêm suas organizações vivas, resistentes; várias experiências ao longo da história que funcionaram como anarquistas, como a renomada Comuna de Paris. À vista disso, nota-se a existência de diferentes modos de associações, cada qual com variados potenciais, perspectivas, caminhos, saberes, os quais não cabem nas limitações impostas pelas configurações de um Estado, sempre à procura de domar as distinções, retirar a liberdade das pessoas em função da própria manutenção das instituições estatais - e, no caso do capitalismo, da propriedade privada. Portanto, é preciso retomar essas histórias apagadas, hostilizadas ou inferiorizadas como “primitivas”, “retrogradadas”, “selvagens”, além de sempre ressaltar como a história humana não se fundou com um Estado e não se resume à história da sujeição, da desigualdade, da exploração.

E é esta a razão porque, contínua e habilmente, esses pensadores censuram os anarquistas por ‘quererem destruir’ a sociedade, por ‘pregarem o retorno à guerra perpétua de cada um contra todos’. (...) O Estado não é senão uma das formas revestidas pela sociedade no decorrer da história. Como, pois, se pode confundir a Sociedade, que é permanente, com o Estado, que é acidental? (KROPOTKIN, 2000: 09, apud DE MORAES, p. 78).

Esta crença de que o Estado é necessário e que é a única via que possibilita o convívio em sociedade possui como alicerce o eurocentrismo e toda a disseminação da produção de teóricos europeus que construíram narrativas que favorecessem esse pensamento. Na Grécia Antiga, Platão considerava a democracia uma forma perigosa de governo, em virtude de possibilitar que “ignorantes” atuassem na administração pública; logo, defendia a sofocracia, ou seja, o governo dos sábios, com a imagem do governante tipificada em filósofos reis – um seleto grupo de cidadãos que nasceram com “alma de ouro” -, os quais saberiam conduzir o povo pelo seu uso da racionalidade (PLATÃO, 1972). Paralelamente, Aristóteles acreditava

numa diferença natural que posicionava os indivíduos em diferentes locais na hierarquia política, e assim justificava que mulheres e servos deveriam ser completamente destituídos da possibilidade de organizar a pólis. A intelectualidade era uma característica dos governantes, enquanto os escravos possuíam a força, estavam mais próximos da animalidade e, portanto, deveriam ser dominados, o que seria até mesmo benéfico para eles (ARISTÓTELES, 1988).

No século XVI, Maquiavel instaurou uma nova pedagogia política - o chamado “realismo” - que revelava uma perspectiva crua e mais próxima da realidade, o que, segundo o filósofo, poderia servir tanto para o soberano quanto para o povo – para os últimos defenderem-se dos déspotas. Assim, ele defendia o uso de quaisquer meios necessários para a manutenção do poder – a força, o cultivo de uma aparência com “virtudes” que o governante não possui realmente, etc. -, haja vista a natureza vária, instável e má do ser humano, que é facilmente persuadido de uma coisa, mas difícil de ser mantido nessa posição (MAQUIAVEL, 2014). Com isso, percebe-se que o florentino pensa a política através do paradigma do conflito, agindo por disputas e, conseqüentemente, recorrendo à imposição e coerção pela violência. De fato, o destaque em sua obra é o desvelamento do *modus operandi* da dominação governamental.

No século XVII, Thomas Hobbes funda o contratualismo e essa corrente passa a estabelecer abstrações para explicar o surgimento do Estado de maneira absolutamente descolada da história, dos acontecimentos concretos. A partir dessa dedução, estipula que houve a necessidade da criação de artificialidades – como a sociedade e o Estado – para a saída do “estado de natureza”, no qual predominava o mau, a guerra de todos contra todos, na medida em que o homem é mau por natureza. Guiados pelo medo da morte, os indivíduos estabelecem um contrato social renunciando e transferindo o seu direito e poder ao soberano. Assim surge a imagem do Leviatã, um homem artificial feito por todos os súditos, que cederam suas vontades e poder a ele. Com a ideia do pacto e da conseqüente transferência de poder, ele busca reivindicar a legitimidade absoluta das dominações políticas, visto que o soberano passa a ser total, com o poder de todos e não há forma de nenhum súdito se livrar dessa sujeição. Argumentando que o súdito é o próprio autor do soberano – por ter concedido a ele o seu poder -, desobedecê-lo é desobedecer a si mesmo, e, por essa razão, nada que governante faça pode ser punido, já que ele sabe o que é realmente necessário para promover

a paz da sociedade – o que é impossível de existir sem um Estado, de acordo com o mito contratualista (HOBBS, 2003).

Contrário à visão contratualista que predominava na Ciência Política, Karl Marx recorreu ao materialismo dialético histórico para compreender os movimentos da história baseado nos fatos concretos. Para ele, todo esse processo está marcado pelas lutas de classes e a sociedade moderna apenas reelaborou esses antagonismos, dividindo a sociedade entre burgueses e proletários. Como a burguesia foi a classe revolucionária que findou o feudalismo, o grupo centraliza o poder e o Estado moderno se forma com o objetivo de favorecê-los, de modo a assegurar a propriedade, a expansão do capital e, assim, garantir a manutenção do sistema capitalista. Nesse sentido, “o moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2013, p.78). Isto posto, Marx propõe como única saída desse cenário a eclosão de uma revolução do proletariado que o transferirá para o local de classe dominante e possibilitará a instauração da ditadura do proletariado. Ainda que o intelectual apresente uma alternativa radical, em meio à força do liberalismo e reformismo, Marx não se desgarra do Estado como meio para atingir a sociedade plenamente igualitária prevista pelo comunismo. Nessa lógica, o Estado seria apropriado por um seletivo grupo do proletariado que supostamente representaria os interesses de todos os outros trabalhadores, com a centralização de tudo nas mãos do Estado socialista, o qual apenas desapareceria quando as classes fossem efetivamente abolidas. Como o anarquista Kropotkin bem avalia (2000, p. 85:86, apud DE MORAES, 2014, p. 79), “a glorificação do Estado e da disciplina, na qual estão empenhadas a Universidade e a Igreja, a imprensa e os partidos políticos, é tão bem feita que, até os chamados revolucionários não ousam olhar de frente para este fetiche”.

Infere-se, com isso, como houve a construção de todo um arsenal epistemológico para difundir o entendimento de que o Estado se faz imprescindível, seja nas produções intelectuais de liberais ou até mesmo de setores mais radicais, como os marxistas, os quais ainda se valem do Estado como uma etapa necessária para o alcance do comunismo. Atualmente, esses últimos até mesmo se organizam em partidos políticos e se candidatam nas eleições burguesas. Destarte, as ciências humanas oficiais apresentam um caráter extremamente estadolátrico, além de darem continuidade ao epistemicídio não apenas contra os conhecimentos advindos de fora da academia, como também contra as produções

acadêmicas que negam a legitimidade e necessidade do Estado e do capitalismo (DE MORAES, 2020).¹⁸

(...) o Estado moderno europeu, se alimentou reciprocamente com o colonialismo, praticando-o, foi, portanto, oriundo como um necro-racista-Estado, manchado pelo sangue e suor das suas vítimas, caracterizado por não reconhecer negros e indígenas como humanos. Os novos Estados latino-americanos, caribenhos e da América do Norte foram gestados a imagem e semelhança dos seus pais. Portanto, continuaram a política da morte e do colonialista baseados nas leis ou não. A despeito dessa História, filósofos, historiadores e cientistas sociais continuam a venerar e defender o Estado. Como defendeu Foucault (2002), a gênese do Estado é o direito soberano de matar. Foi desde sempre um necro-racista-Estado (DE MORAES, 2020, p. 61-62).

Essas concepções foram fortalecidas, divulgadas por diferentes meios e impostas de tal forma que mesmo uma parte considerável da população que nunca teve acesso a qualquer uma dessas obras reproduz esses discursos e não consegue conceber uma realidade sem Estado, ainda que esteja insatisfeita com suas condições. A ideia de que o Estado é totalizante e organiza a sociedade, provê segurança, paz, garantias constitucionais, mostra-se contraditória e não condizente com a realidade, considerando a desigualdade social, a falta de acesso à saúde, à moradia, à alimentação adequada – cada vez mais contaminada com agrotóxicos -, à violência policial contra grupos específicos – ainda que, na verdade, esses grupos represente a maior parte da população brasileira -, ao desrespeito por parte do Estado com relação aos direitos previstos na Constituição e à própria instabilidade dos direitos adquiridos – os quais, a qualquer momento, sofrem graves entraves -, entre inúmeros outros problemas que o país possui hoje.

Em vista disso, o anarquismo surge como uma negação a esse sistema perverso, a começar pelo nome. O termo “anarquia” significa *ausência de poder*, e o anarquista rejeita e se revolta contra todo o poder e autoridade estabelecidos. Diante disso, o termo foi comumente relacionado ao caos, à guerra, à desordem, sobrevivendo dessa maneira no imaginário popular, com um caráter negativo (KROPTKIN, 2005). Essa é, sem dúvida, uma das mais explícitas demonstrações de como a estadalatria funciona e se enraíza nas mentes dos indivíduos, em virtude de as evidências do cotidiano constatarem como, na prática, a sociedade com o Estado é indubitavelmente disfuncional: pessoas enjauladas e excluídas em razão de uma lógica punitivista que não tem nenhum resultado positivo para as próprias ou

18 Para além disso, ainda que alguns grupos estejam ocupando cada vez mais os espaços acadêmicos, pessoas negras, indígenas, transvestigêneres, pessoas com deficiência e outros corpos dissidentes das normas ainda sofrem com esse apagamento, com a desvalorização de seus saberes.

para o restante da sociedade, sobretudo porque o Estado não faz esforços para melhorar as condições sociais no intuito de evitar determinados atos; pessoas em situação de rua sem o mínimo de segurança, ao passo que há inúmeros imóveis vazios ou desocupados; guerras ocorrendo pelo mundo todo por dinheiro, pela busca pela hegemonia, por territórios.

Aqueles que censuram a anarquia, dizendo ser ela a negação da ordem, não desta harmonia do futuro, falam da ordem como ela é concebida pela sociedade atual. A ordem, hoje, (...) é a miséria, a fome, tornadas Estado normal da sociedade. (...) É o camponês de um terço da Rússia morrendo de difteria, tifo, fome, em consequência da escassez de alimentos, no meio das montanhas de trigo, que partem para o estrangeiro. (...) A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos; (...) é o operário reduzido ao estado de máquina. (...) A ordem é a guerra contínua de homem a homem, de profissão a profissão, de classe a classe, de nação a nação. (...) A palavra anarquia, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (KROPOTKIN, 2005, p. 87-89)

Vale ressaltar, ainda, que os direitos existentes não são inerentes ao Estado; a princípio, o Estado surge apenas para garantir os interesses das elites e a propriedade privada, os direitos foram conquistados como resultado de intensas lutas populares ao longo dos séculos, e sempre ficam nesse estado de precariedade: em geral, não são efetivamente respeitados, criam-se obstáculos para o acesso, são revogados ou entram em contradição com alguma outra lei que priorize a propriedade – como no caso da criminalização e despejo de famílias que ocupam prédios abandonados ou do movimento de trabalhadores do campo que ocupam terras de latifundiários e são igualmente hostilizados. Sendo assim, o Estado não presenteia o povo com benesses e apenas as constantes reivindicações das multidões, as revoltas, as greves gerais foram as responsáveis pelos direitos atuais. Não obstante a pressão popular, uma parte considerável da população não tem o mínimo de condições dignas de existência. Apesar de ser um importante indicativo do poder da coletividade, de demonstrar que apenas essa união pode gerar alguma mudança social e de mitigar a vulnerabilidade de certas pessoas, os direitos não são capazes de transformar a estrutura do capitalismo ou o Estado e suas instituições.

Em resposta a essas pressões, o Estado capitalista não se mantém indiferente, e assim precisa ceder, em alguma medida. No século XX, com a crescente radicalização dos movimentos dos trabalhadores – em face da Revolução Russa e tantas outras revoluções levantadas nos países da periferia do capitalismo –, surge com força a forma do Estado Camaleão, o qual busca se metamorfosear e adotar políticas social-democráticas, uma vez

que essa se torna sua estratégia de sobrevivência. O Estado tem ciência de que a revolta popular é poderosa e por isso realiza a extensão de direitos, porém, ainda conserva suas principais características, as quais nunca serão satisfatórias ou compatíveis com os interesses da maior parte da população. Dessa forma, o Estado garantiu a sua continuidade, enquanto freou as lutas populares que estavam caminhando para um processo de ruptura com o sistema capitalista (DE MORAES, 2011).

No atual cenário político brasileiro, com o Bolsonaro como presidente, o Estado está abertamente no seu estado de necro-racismo, em uma de suas mais desavergonhadas demonstrações - apesar de sempre ter sido necro-racista, em absolutamente todos os governos, apresenta-se hoje de maneira muito menos velada. Assim, num desespero para sair desse contexto, as pessoas recorrem aos meios conhecidos e aos quais sempre foram condicionadas: votar nas eleições. Sobretudo quando a luta está debilitada e pouco organizada, se comparada aos esforços da direita ultraconservadora nos últimos anos. O Partido dos Trabalhadores (PT), o qual se denomina "o maior partido de esquerda da América Latina", não fez qualquer mobilização política significativa na maior parte do período do governo bolsonarista, não obstante os grandes retrocessos registrados. Havia, porém, o cultivo de uma esperança desde 2018, a qual apontava para uma espera de 4 longos anos, com a população acumulando os saldos negativos do governo Bolsonaro, e só então, no próximo período eleitoral, viria a demonstração de que a democracia brasileira havia retornado com toda a força, com a nomeação do presidente Lula. Várias foram as narrativas produzidas por ambos os lados para a própria vitória nessas eleições, principalmente apegando-se à religião como distinção moral. O Bolsonaro permaneceu com sua estratégia de propagação massiva de fake news, de se colocar como antissistema – ainda que ele seja a expressão de como verdadeiramente são as engrenagens do sistema representativo -, e, apesar dos resultados extremamente negativos da sua gestão, sobretudo no que se refere ao completo abandono da população no contexto da COVID-19 e do Brasil ter retornado ao Mapa da Fome das Nações Unidas, ele ainda tentou criar uma imagem do dirigente que se preocupa com os mais pobres, com promessas que podem ser realizadas retirando ainda mais direitos.¹⁹

19 “Para cumprir promessas eleitorais de Jair Bolsonaro, como garantir Auxílio Brasil de R\$ 600 e 13º do benefício às mulheres, sua equipe estuda parar de corrigir salário mínimo, aposentadorias pela inflação e seguro-desemprego pela inflação registrada no ano anterior. Se isso acontecer, o presidente vai tirar de pobres para dar aos mais pobres ainda, reforçando sua imagem como um Robin Hood às avessas. Essas medidas fazem parte de um plano do ministro da Economia Paulo Guedes para refundar a legislação sobre

Outrossim, não deixa de assumir uma postura completamente preconceituosa contra diversos grupos, com a defesa escancarada da propriedade e de valores conservadores. Em verdade, mesmo o Lula, defendido por pessoas dissidentes das normas, realizou discursos conservadores, foi omissivo ou apresentou propostas insuficientes para determinados grupos, como para pessoas LGBTQIAPN+. No que tange às ações específicas que tomará quando presidente, pouco foi dito além de promessas genéricas, no entanto, foi muito realizado o resgate de determinados direitos mínimos que quaisquer pessoas deveriam possuir, os quais foram apresentados como fruto da sua gestão. Todavia, basta observar os seus dois períodos de governo para notar a explícita aplicação de uma agenda neoliberal e a demagogia de seus discursos, na medida em que, por exemplo, fala contra as privatizações e estabelece aliados e dá cargos para políticos que possuem essa medida como prioridade. Além disso, o favorito da esquerda institucional candidatou-se ao lado de Geraldo Alckmin, conhecido principalmente pelos escândalos de corrupção e pelo enfrentamento repressivo contra manifestações e pelo amplo uso da violência policial quando governador de São Paulo, direcionado até mesmo aos estudantes de ensino médio no período das ocupações de 2015 e 2016.

Essas não são táticas exclusivas do Lula ou do Bolsonaro, são parte de todo um jogo político que impulsiona o sistema representativo, em busca do convencimento do eleitorado, para assim receber alguma legitimação social. No entendimento anarquista, todos os governos capitalistas possuem um mesmo objetivo: o de resguardar o direito da propriedade e, para tanto, explorar as classes mais pobres, sobretudo pessoas negras e indígenas - adiciona-se, assim, o aspecto decolonial da crítica. No caso do Brasil, uma visão crítica dá conta de perceber que ambos os candidatos estão alinhados com esse mesmo princípio; ainda que os discursos sejam diferentes, as práticas demonstram essa prioridade do capital. Em ambos os governos, houve a criminalização dos movimentos sociais, o encarceramento em massa – sobretudo com a Lei de Drogas, sancionada no governo Lula -, o fortalecimento de operações violentas em favelas e a consequente – e objetivada - morte de muitas pessoas negras, o descumprimento do compromisso com a territorialização dos povos indígenas, a precarização dos direitos trabalhistas, a omissão em relação à violência contra pessoas trans,

as contas públicas do país em um segundo mandato de Jair. O problema é que essas fundações vão ser estruturadas na base do aperto do cinto dos que já não têm.” Ler na íntegra em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/20/para-cumprir-promessa-bolsonaro-estuda-tirar-de-pobres-para-dar-a-pobres.htm>

entre outras problemáticas. E, é claro, há a apropriação dos feitos da sociedade pelos governantes – sobretudo em suas reeleições -, que serviram apenas para ceder alguns direitos antes que a revolta popular tomasse proporções realmente revolucionárias e não pudesse mais ser impedida. Com isso, cabe até o questionamento sobre o quanto esse sistema pode ser chamado de democrático, visto que ele não é voltado para satisfazer o povo.

(...) a burguesia teme, acima de tudo, a revolução social, e sabe que contra esse perigo, não existe outro refúgio senão o Estado; é por isso que ela quer e exige sempre o Estado o mais forte possível, ou, simplesmente, a ditadura militar; mas, para realizar suas ambições e enganar com mais facilidade o povo, faz questão que esta ditadura seja revestida das formas da representação nacional, que lhe permitam explorar as massas em nome do próprio povo (BAKUNIN, 2003, p. 145).

Mesmo um governo revolucionário de proletários, tal como projetado por Karl Marx, permanece preso à estadolatria e pressupõe a existência de um grupo mais esclarecido que deve se encarregar de comandar os considerados ignorantes. Há a reprodução, em outros moldes econômicos, do mesmo princípio de que a maioria precisa ser gerida e dominada, tendo sua liberdade privada por não possuir capacidade de autogoverno e autodeterminação. Com isso, a ideia de representação permanece como um fetiche a ser incitado e cultuado, o pilar que sustenta o Estado, seja ele qual for, a despeito da experiência evidenciar a ilusão de um conjunto de indivíduos dar conta de representar pessoas tão plurais. Essa ideia se baseia propriamente na homogeneização do conceito de “povo”, o qual se mostra uma forma impessoal, distante e reducionista das infinitudes de diferenças existentes num país. Nesse sentido, é cabível apontar a impossibilidade e impraticabilidade de atingir a real satisfação de pessoas tão diversas sendo silenciadas, tendo sua liberdade expropriada, por um grupo que se determina superior e mais conhecedor de suas necessidades do que elas próprias.

Assim, nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo (BAKUNIN, 2003, p. 47).

Frente a essas críticas, o anarquismo possui a tradição histórica de recorrer ao voto nulo com o intuito de demonstrar sua descrença em relação ao processo eleitoral e como uma forma de não conferir legitimidade ao Estado ao voluntariamente abrir mão de sua liberdade e se tornar mais um que deposita sua confiança - mesmo que descrente – no sistema

representativo.²⁰ Segundo Luigi Fabbri (1921), “não é possível separar a teoria da prática, porquanto para os anarquistas a teoria decorre da prática e é por sua vez um guia para a conduta, uma verdadeira e própria pedagogia da ação”. Portanto, para além disso, há a existência de inúmeras outras ações que fazem parte da práxis anarquista durante todos os anos, não apenas no período das eleições. Por meio de ações diretas - ações imediatas realizadas pelos próprios indivíduos, sem a espera de instituições estatais e representações -, os anarquistas promovem greves, protestos, ocupações, boicotes, melhorias em seu próprio território, intervenções artísticas de viés político. Guiados pelo conceito de ajuda mútua, se organizam em campanhas de solidariedade. Executam uma contínua propaganda e divulgação gratuita de saberes libertários, além de diversos outros elementos que fazem parte, simultaneamente, de sua teoria e métodos práticos, os quais se orientam pelos valores de total emancipação humana – e de animais não humanos, visto que há uma vasta adesão da luta antiespecista no anarquismo -, do antirracismo, contra a violência de corpos dissidentes da cisheteronorma, contra o patriarcado, contra a autoridade, a favor da verdadeira e mais profunda igualdade.

Apesar dos fatos supramencionados acerca da práxis anarquista, a esquerda institucional, tão estadolátrica quanto a direita, não concebe que as formas de luta fora das eleições são válidas por si só - e, inclusive, sob o ponto de vista anarquista, as mais válidas, as únicas realmente capazes de transformar a organização social – e reproduz o mesmo pensamento binário ao analisar o processo eleitoral, fazendo uma divisão entre os que votaram no Lula – os que fizeram “o amor vencer” - e os que não votaram, inserindo todas as pessoas que votaram nulo, branco ou se abstiveram na caixa do fascismo. Outros, ainda, retrataram as pessoas que optaram pelo voto nulo, branco ou abstenção como despolitizadas e como ameaça à “democracia”, visto que o “vácuo político” abriria margem a regimes totalitários. Essa falácia mostra-se completamente improcedente frente aos princípios defendidos, vivenciados e praticados pelos anarquistas, os quais – em grande parte – optam por não votar como um sentido absolutamente político. A política se faz para além do voto, cotidianamente, em ações de diferentes tamanhos. A política se faz com as pessoas, de baixo

20 O anarquismo se baseia historicamente nesses princípios, com vasta literatura a respeito e atuações de anarquistas que corroboram com essa interpretação. É possível, porém, como em qualquer ideologia política, haver contradições por parte de alguns indivíduos. A liberdade individual pode ser utilizada para determinar como agir frente às eleições, por exemplo, porém, é importante demarcar que o anarquismo não é dogmático por defender a coerência de sua teoria e prática política.

para cima. As ruas e periferias possuem conhecimento sobre suas próprias necessidades e sobre como o Estado não as prioriza e, por isso, mesmo entre não anarquistas, não há confiança no voto - não porque as urnas não sejam seguras, mas porque o resultado das eleições não assegura transformações em suas vidas; em geral, são oferecidas as mesmas migalhas, e, sendo estas retiradas, a população só pode ter de volta manifestando sua revolta. Para isso, a população precisa se perceber como agente ativo na mudança da história e entendemos que esse processo é continuamente sabotado por partidos, ídolos, figuras políticas que se colocam como atores desses movimentos, como dirigentes de rebanhos que não possuem potência sozinhos.

Além disso, percebe-se essa supervalorização do Estado e a naturalização de sua necessidade como uma das sobrevivências do colonialismo que se expressa no presente. O Estado como criação europeia, fruto de uma intelectualidade que se propõe a única válida, determina a existência da uniformização, busca impedir outras formas de viver e de se organizar. Os povos indígenas e quilombolas, por exemplo, são um dos grupos mais dissidentes da lógica do Estado, além de serem os maiores guardiões das florestas, e, por essa razão, são violentados, assassinados. O mundo colonial/moderno surge apagando as escolhas, as possibilidades das pessoas e dos povos, inviabilizando as diversidades, com o intento de ser universal. Por isso, a continuidade da imposição da sociedade organizada pelo Estado como verdade absoluta demonstra o apagamento de realidades vivenciadas por diversos povos e está vinculada diretamente às raízes coloniais.

No que se refere ao “vácuo político”, a esquerda institucional precisa reconhecer que já está acontecendo, e não por culpa de anarquistas, que são minoria no Brasil e fazem sua militância. Desde o fim de outubro, bolsonaristas estão acampados em diversas regiões pelo país exigindo intervenção militar e/ou federal, alegando fraude nas eleições, exigindo a “criminalização do comunismo”, entre outros absurdos que são realmente fascistas. Há meses, eles estão organizados em grande número, sob sol e chuva, em meio a alagamentos, ocupando as ruas das cidades, e a esquerda institucional não deu nenhuma resposta. Se os partidos de esquerda, reunidos em uma frente ampla, lograram êxito em acumular 50,90% dos votos válidos - o equivalente a 60.345.999 eleitores -, por que não mobilizaram ao menos alguns milhares de pessoas para contestar, para defender a “democracia”? O espaço das ruas está tomado pelos bolsonaristas e a esquerda institucional se mantém indiferente mais uma

vez, convicta no resultado vitorioso das eleições, à espera da posse do Lula. Essa é uma das principais diferenças entre a práxis anarquista e as dos movimentos partidários: para os anarquistas, o fascismo não se combate nas urnas, e sim nas ruas. O fascismo não vai desaparecer no dia primeiro de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa, Portugal: Vega, 1988.

BAKUNIN, M. **Estadismo e Anarquia**. Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Imaginário/Nu-Sol/Ícone, 2003. (N. E.).

FABBRI, L. **O conceito anarquista da Revolução**, 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1921/mes/92.htm>.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KROPOTKIN, P. **Ajuda Mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, P. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Editora Imaginário, 2005.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Botelho, A. (org.) *Essencial Sociologia*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DE MORAES, Wallace dos Santos. As origens do necro-racista-estado no Brasil – Crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. **Revista Estudos Libertários – REL**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 5-27, 2º Sem 2020.

DE MORAES, Wallace dos Santos. Crítica à Estadolatria: Contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. Dossiê: Invisível e Indizível. In: **TeoLiterária**, v. 10, n. 21, 2020.

DE MORAES, Wallace dos Santos. **Estado mínimo contra a fase camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick**, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/40714181/Estado_m%C3%ADnimo_contra_a_fase_hist%C3%B3rica_camale%C3%B4nica_do_Estado_capitalista_um_estudo_cr%C3%ADtico_da_teor%C3%ADa_neoliberal_de_Robert_Nozick.

DE MORAES, Wallace dos Santos. Kropotkin: História intelectual de um anarquista revolucionário. **Em Debate**, [s. l.], n. 12, p. 64-86, jul-dez 2014.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005.

SAKAMOTO, L. **Para cumprir promessa, Bolsonaro estuda tirar de pobre para dar a miserável**. Notícias UOL, 20 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/20/para-cumprir-promessa-bolsonaro-estuda-tirar-de-pobres-para-dar-a-pobres.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.